

JOSÉ HABLE

**CURSO
DE PROCESSO
ADMINISTRATIVO
FISCAL**

TEORIA E PRÁTICA, COM ÊNFASE NAS
DECISÕES DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO
DE RECURSOS FISCAIS

Prefácio: Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2020

Copyright © 2020 by Jose Hable

Categoria: Processo Administrativo

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livreria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livreria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

H116c

Hable, Jose

Curso de processo administrativo fiscal : teoria e prática, com ênfase
nas decisões do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais / Jose Hable.

Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2020.

372 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 331-341.

ISBN 978-65-5510-064-8

1. Processo administrativo fiscal. 2. Tribunal Administrativo Fiscal.
3. Jurisdição contenciosa. 4. Jurisdição voluntária. 5. Instância adminis-
trativa. I. Título.

CDD 342

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Introdução.....	1
1. O Procedimento Administrativo Fiscal.....	5
1.1 A legislação regente.....	5
1.2. O embaraço à fiscalização.....	9
1.3 A denúncia espontânea	12
1.3.1 Os Prazos para Efeito da Espontaneidade.....	13
1.3.2 Pagamento Integral & Parcelamento do Valor Denunciado	15
1.3.3 As Multas Punitiva e Moratória na Denúncia Espontânea	16
1.3.4 A Denúncia Espontânea no Lançamento por Homologação	17
1.4 A obrigação tributária	18
1.4.1 Aspectos da Hipótese de Incidência Tributária.....	19
1.4.1.1 Aspecto Material	20
1.4.1.2. Aspecto Temporal	21
1.4.1.3 Aspecto Espacial.....	21
1.4.1.4 Aspecto Pessoal.....	22
1.4.1.5 Aspecto Quantitativo.....	24
1.4.2 Espécies de Obrigação Tributária.....	24
1.4.3 Características da Obrigação Tributária	25
1.5 O crédito tributário.....	26
1.5.1 A Natureza Jurídica do Crédito Tributário.....	26
1.5.2 As Modalidades de Suspensão do Crédito Tributário.....	27
1.5.3 As Modalidades de Extinção do Crédito Tributário	27

1.5.4 As Modalidades de Exclusão do Crédito Tributário	28
1.5.4.1 O Instituto da Isenção Tributária	29
1.5.4.1.1 A revogação de isenções	29
1.5.4.1.2 As diferenças entre isenção e imunidade	30
1.5.4.1.3 As isenções heterônomas	30
1.5.4.2 O Instituto da Anistia Tributária.....	32
1.6 O lançamento tributário.....	32
1.6.1 As Modalidades de Lançamento Tributário	33
1.6.2 Os Tributos Sujeitos ao Lançamento por Homologação e o PAF34	
1.6.3 O Arbitramento Fiscal.....	36
1.7 Os institutos da decadência e prescrição tributárias.....	39
1.7.1 Normas Gerais sobre Decadência e Prescrição.....	42
1.7.2 A Decadência na Constituição do Crédito Tributário.....	43
1.7.2.1 A Decadência Tributária e a Regra do Art. 173, I, do CTN...43	
1.7.2.2 A Regra do Art. 150, § 4.º, do CTN e a Súmula n.º 555 do STJ...45	
1.7.2.3 A Regra do Prazo Decadencial do Art. 173, II, do CTN.....	49
1.7.2.4 A Decadência Tributária na Omissão de Receita com Dolo, Fraude ou Simulação	53
1.7.2.5 A Suspensão da Constituição do Crédito Tributário por Decisão Judicial e o Prazo de Decadência.....	56
1.7.2.6 A Ação Fiscal e o Cessamento do Prazo de Decadência.....	60
1.7.3 A Prescrição na Cobrança do Crédito Tributário.....	62
1.7.3.1 Causas Impeditivas, Suspensivas e Interruptivas do Prazo Prescricional	64
1.7.3.1.1 Causas impeditivas do prazo prescricional.....	64
1.7.3.1.2 Causas suspensivas do prazo de prescrição	65

1.7.3.1.3 <i>Causas interruptivas do prazo de prescrição</i>	66
1.8 A intimação dos atos, procedimentos e processos	68
1.8.1 A Alteração e Revisão do Ato de Lançamento	73
1.8.2 A Retificação de Declaração Prestada ao Fisco.....	76
1.9 Tributo declarado e não pago e o crime de apropriação indébita	78
1.9.1 O Tributo Declarado e o PAF	78
1.9.2 O Crime de Apropriação Indébita nos Tributos Declarados.....	79
1.9.2.1 O Crime de Apropriação Indébita	82
1.9.2.2 O Tipo Penal do Art. 2.º, Inciso II, da Lei n.º 8.137/1990	84
1.9.2.3 O Art. 166 do CTN e a Interpretação Econômica no Direito Tributário.....	88
2. O Processo Administrativo Fiscal.....	91
2.1 Os princípios informadores do PAF	93
2.2 O duplo grau de jurisdição e a garantia de instância.....	98
2.2.1 O Duplo Grau de Jurisdição ou Cognição.....	99
2.2.2 A Garantia de Instância Administrativa	105
2.3 A renúncia ou desistência ao direito de recorrer	105
2.4 A intervenção do sujeito passivo no PAF.....	108
2.5 O elemento temporal no PAF.....	110
2.5.1 Os Prazos no PAF	110
2.5.2 A Razoável Duração do Processo Administrativo	114
2.5.3 O Prazo para a Conclusão do PAF e a Prescrição Intercorrente	116
2.5.4 A Responsabilidade Funcional pela Demora no PAF	118
2.6 A anulação e revogação das decisões definitivas e a preclusão consumativa	122
2.6.1 A Anulação de Decisão Definitiva	124

2.6.2 A Preclusão Consumativa	127
2.6.3 Matéria de Ordem Pública	131
2.6.4 O Conhecimento e a Exclusão de Ofício de Matérias não Impugnadas	134
2.7 O controle de constitucionalidade no PAF.....	137
2.8 O recurso intempestivo no PAF.....	141
2.9 A coisa julgada administrativa no PAF.....	144
2.10 A reversão de decisão administrativa pela justiça	145
2.11 A representação fiscal para fins penais ao MP	149
2.11.1 O Encaminhamento de Requisição de Informações ao MP ...	150
2.11.2 A Extinção da Punibilidade Penal pelo Pagamento	151
2.12 O processo eletrônico no PAF	152
3. Os Órgãos Julgadores nas Instâncias Administrativas.....	155
3.1. Estrutura organizacional do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF.....	159
3.2 O Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal ...	161
3.2.1 A Composição do TARF/DF.....	163
3.2.2 As Competências e os Recursos Administrativos no TARF/DF.....	165
3.2.2.1 A Competência para Julgamento no DF	165
3.2.2.2 Os Recursos Administrativos Cabíveis no PAF do DF	167
3.2.2.2.1 <i>Recurso Voluntário – RV</i>	167
3.2.2.2.2 <i>Recurso Extraordinário – RE</i>	168
3.2.2.2.3 <i>Recurso Contra Decisão do Presidente – RCDP</i>	168
3.2.2.2.4 <i>Embargos de Declaração – ED</i>	170
3.2.2.2.5 <i>Recurso de Jurisdição Voluntária – RJV</i>	173
3.2.2.2.6 <i>Pedido de Reconsideração no PAF</i>	174

3.2.2.2.7 <i>Reexame Necessário – REN e Reexame Necessário ao Pleno – RENP</i>	175
3.2.3 O Enunciado de Súmula do TARF/DF.....	178
3.2.4 Processos julgados no TARF/DF e CARF federal.....	181
3.2.4.1 Processos julgados no TARF/DF	181
3.2.4.2 Processos julgados no CARF federal	183
4. Os Processos de Jurisdição Contenciosa e Voluntária.....	185
4.1 O processo de jurisdição contenciosa.....	185
4.1.1 As Preliminares no PAF.....	186
4.1.1.1 Cerceamento ao direito de defesa.....	189
4.1.1.2 Intempestividade da impugnação ou do recurso.....	190
4.1.1.3 Inconstitucionalidade de norma	192
4.1.1.4 Decadência – Preliminar, prejudicial de mérito ou o próprio mérito	193
4.1.2 As Fases do Contencioso Administrativo Fiscal.....	197
4.1.2.1 A Fase da Defesa (Instauração)	198
4.1.2.2 A Fase do Preparo (Instrutória)	200
4.1.2.3 A Fase do Julgamento (Dispositiva)	202
4.1.2.3.1 <i>Órgãos de julgamento no PAF e suas competências</i>	204
4.1.2.3.2 <i>Impedimento e suspeição da autoridade julgadora</i>	205
4.1.2.3.3 <i>As decisões de julgamento no PAF</i>	209
4.1.2.3.4 <i>O voto de desempate do Presidente e a interpretação mais favorável ao contribuinte no PAF</i>	211
4.1.2.3.5 <i>Processos julgados com voto de desempate no TARF/DF e CARF federal</i>	229

4.1.2.4 A Fase da Comunicação da Decisão (Cientificação)	232
4.1.2.4.1 A intimação das decisões dos órgãos julgadores.....	232
4.1.2.4.2 A inscrição do débito em dívida ativa	233
4.1.3 A Decorrência de Processos no PAF.....	234
4.1.3.1 O Efeito Suspensivo do Recurso contra Decisão Administrativa	236
4.1.3.1.1 O ato de constituir o crédito tributário	237
4.1.3.1.2 O ato de cobrar/exigir o crédito tributário.....	238
4.1.3.2 O Processo de Jurisdição Voluntária e o Decorrente Processo de Jurisdição Contenciosa	239
4.2 Processo de jurisdição voluntária.....	246
4.2.1 Processo de Consulta Tributária.....	247
4.2.2 Processo de Autorização de Adoção de Regime Especial	249
4.2.3 Processo de Reconhecimento de Benefício Fiscal	253
4.2.3.1 A Imunidade Tributária	255
4.2.3.1.1 Conceito e peculiaridades da imunidade tributária	256
4.2.3.1.2 As entidades alcançadas pela imunidade tributária.....	257
4.2.3.1.3 O reconhecimento administrativo da imunidade tributária	272
4.2.3.1.4 As operações mercantis por entes imunes e a tributação	284
4.2.3.2 A Concessão de Incentivos e Benefícios Fiscais	287
4.2.3.2.1 Os incentivos e benefícios fiscais de ICMS	292
4.2.3.2.2 A internalização do Convênio na legislação dos estados.....	296
4.2.3.2.3 O conflito entre o convênio e a legislação interna	300
4.2.3.2.4 Os benefícios fiscais de ICMS e a “guerra fiscal” entre os estados	302

4.2.4 Processo de Restituição de tributo.....	306
4.2.4.1 O Prazo para o Pedido de Devolução.....	307
4.2.4.2 O Pagamento Indevido do Tributo	308
4.2.4.3 A Repetição de Indébito Tributário	310
4.2.4.3.1 <i>Os requisitos para a devolução do tributo</i>	312
4.2.4.3.2 <i>A legitimidade do contribuinte de fato para pedir a restituição</i>	315
4.2.4.4 As Formas de Devolução do Tributo.....	318
4.2.4.5 A Repetição de Débito Tributário Prescrito.....	319
Referências Bibliográficas	321
Bibliografia Eletrônica E Revistas.....	331